



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Mesa coordenada A arte como expressão de resistência diante da crise estrutural do capital.

Teatro do Oprimido, mídia direitos humanos: desafios ao Serviço Social em tempos de fakenews

William Berger¹

Resumo: O artigo apresenta as conexões possíveis entre o Teatro do Oprimido, criado por Augusto Boal, a questão social, a violência da mídia e os direitos humanos (da emancipação política à emancipação humana), lançando mão ainda da teoria da “invasão dos cérebros”, manipulação virtual pelas fakenews (notícias falsas): quais os desafios à educação e à arte popular no processo de constituição de subjetividades críticas? Apresenta experiências concretas do Teatro do Oprimido na defesa dos direitos humanos com: povos e comunidades tradicionais no Brasil (camponeses, indígenas e quilombolas), diversidade sexual, negritude, escolas, educação de jovens e adultos, saúde mental, prisões. Levanta os desafios para a defesa dos direitos humanos com o Teatro do Oprimido na atual conjuntura de militarização do Estado, das políticas sociais e da vida cotidiana, extermínio e encarceramento da população pobre, negra, indígena, LGBTTQI+, entre outras, e de criminalização dos movimentos sociais pelo Estado Penal.

Palavras-chave: Teatro do Oprimido. Violência da Mídia. Direitos Humanos. Fakenews.

Theater of the oppressed, media violence and human rights in times of fakenews and militarization of the state and social policies in Brazil

Abstract: The article presents the possible connections between the Theater of the Oppressed, created by Augusto Boal, the social issue, media violence and human rights (from political emancipation to human emancipation), also using the “brain invasion” theory, virtual manipulation by fakenews (fake news): what are the challenges to education and popular art in the process of constituting critical subjectivities? It presents concrete experiences of the Teatro do Oprimido in the defense of human rights with: traditional peoples and communities in Brazil (peasants, indigenous and quilombolas), sexual diversity, blackness, schools, youth and adult education, mental health, prisons. It raises the challenges for the defense of human rights with the Theater of the Oppressed in the current situation of militarization of the State, social policies and everyday life, extermination and incarceration of the poor, black, indigenous, LGBT population, among others, and the criminalization of social movements by the Penal State.

Keywords: Theater of the Oppressed; Media Violence; Human rights; Fakenews.

Introdução

“Temos o dever da poesia e os direitos da imaginação”

(Augusto Boal)

Quais desafios históricos já enfrentados na defesa dos Direitos Humanos e como o Teatro do Oprimido, pelos caminhos da Educação Popular, poderá nos instrumentalizar contra a *Invasão dos Cérebros*, para a ação concreta e continuada no cenário atual de

¹ - Assistente social, ator e curinga do Teatro do Oprimido. Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto do Departamento de Serviço Social da UFES. Coordenador e pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (NEVI/UFES), pesquisador do Observatório da Educação Popular na América Latina (OBEPAL) e coordenador no Núcleo de Praticantes e Pesquisadores de Teatro do Oprimido (NUPPRATO/PROEX/UFES).

barbárie e manipulação virtual, como as fakenews, que elegeram em 2018 um candidato reacionário à presidência da República no Brasil?²

As reflexões a seguir fazem parte de 15 anos de práxis e estudos sobre a metodologia do Teatro do Oprimido, com especial enfoque na área da Violência e dos Direitos Humanos. Trata-se de uma síntese de textos e experiências em busca dos desafios que estão postos ao Teatro do Oprimido após a saída de cena do criador do método Augusto Boal (*in memoriam*). Na primeira parte desenvolve os seguintes temas: violência da mídia e direitos humanos, a “invasão dos cérebros”, emancipação política como caminho para a emancipação humana. Na segunda parte apresenta o Teatro do Oprimido na defesa dos direitos humanos com experiências concretas: Teatro do Oprimido com povos e comunidades tradicionais no Brasil (camponeses, indígenas e quilombolas), Teatro do Oprimido e diversidade sexual, Teatro do Oprimido e Negritude, Teatro do Oprimido na Educação de Jovens e Adultos, Teatro do Oprimido nas Escolas, Teatro do Oprimido na Saúde Mental e Teatro do Oprimido nas Prisões, com destaque para experiência com mulheres na prisão. Por fim traz nas considerações finais os desafios para a defesa dos direitos humanos com o Teatro do Oprimido na atual conjuntura de militarização do Estado e das políticas sociais e da vida cotidiana, extermínio e encarceramento da população pobre, negra e indígena, LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais e outros mais) e de criminalização dos movimentos sociais pelo Estado Penal.

1. Violência da Mídia e Direitos Humanos: a invasão dos cérebros e as possibilidades de libertação

“Ser humano é ser artista” (Augusto Boal)

Se o cérebro de um telespectador transborda de filmes de inspiração hollywoodiana, vazios de ideias e repletos de força animal – sua única forma de diálogo -, tiros, explosões e rajadas de metralhadora vão influenciar a posterior percepção do mundo desse infeliz espectador.

Todo estímulo sensorial violento obscurece qualquer forma de pensamento. Se uma bomba explode ao nosso lado, é difícil completar a soma de dois mais dois. Se um clarão de luz agride nossos olhos, ou se uma trilha sonora violenta nossos ouvidos, é difícil construir uma frase além de imprecações. (BOAL, 2009, p. 148).

Conforme Augusto Boal, a violência dos filmes e da TV é uma estratégia política para levar os espectadores ao desequilíbrio emocional, à infantilização que gera um cérebro passivo em um mundo virtual que é meticulosamente criado pelos donos dos meios de comunicação, uma insidiosa e perigosa *Invasão dos Cérebros* que só pode ser combatida através de uma arma poderosa: a Estética (BOAL, 2009).

Boal (2009, p. 149) define Invasão dos Cérebros:

² - “Relato e documentos apresentados à Justiça do Trabalho e obtidos pela **Folha** detalharam o submundo do envio de mensagens em massa pela Whatsapp que se instalou no Brasil durante as eleições deste ano. Uma rede de empresas recorreu ao uso fraudulento do nome e CPF de idosos para registrar chips de celular e garantir o disparo de lotes de mensagens em benefício de políticos. Entre as agências envolvidas no esquema está a Yacows. Especializada em Marketing Digital, ela prestou serviços a vários políticos e foi subcontratada pela AM4, produtora que trabalhou para a campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL) [...]”. In: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml?fbclid=IwAR2JEqM5T_jwedhLQtc9VtHSxPd8bKVums4ldTaNHrYsfSQ_I86U1MxNkUU. Acesso: 02 dez. 2018 às 21:18 hs.

Invasão dos Cérebros: a mesma tática que se usa para invadir um país – primeiro bombardeios, antes que entre em ação a infantaria da ocupação: primeiro TV e cine... depois o mercado vem atrás. As emissoras de TV fazem o possível para manter os espectadores em seus *cárceres privados*. (...) Segundo a lei cárcere privado é crime!”

Boal compara o processo operado pela mídia no cérebro dos telespectadores com as táticas da militarização:

O belo filme de Stanley Kubrick, *Full Metal Jacket*, mostra com perfeição estética o processo ultramilitar de socavar no cérebro dos recrutas peremptórias ordens de obedecer e matar. O filme demonstra, em exemplo militar, o mesmo processo que acontece na TV civil. Admiravelmente repugnante! (BOAL, 2009, p. 150).

Conforme Silene de Moraes Freire (2009), no cenário contemporâneo de múltiplas violências, com violação extrema dos Direitos Humanos, a Mídia tem assumido um papel decisivo na construção de consensos e representação social da violência, que tem ocultado o verdadeiro significado da “questão social”³.

A autora nos fala da Mídia na produção de sentidos e significados que corroboram em esquemas de dominação, os meios de comunicação “pelos” e “para” os indivíduos.

Conforme Freire (2009, p. 178): “A mídia representa para nós pesquisadores o arquivo por excelência”. E nos questiona o papel social de grandes jornais como O Globo, Jornal do Brasil, Folha de São Paulo, como formadores de opinião.

Freire (2009) cita Marilena Chauí para entender que o discurso midiático não é imparcial, faz parte de uma lógica que constroi o “simulacro do poder”, divulgam através da mídia códigos ideológicos privados de compreensão de mundo, como se os mesmos fossem gerais – informações sobre o “mundo real” como mercadoria.

Nos pergunta a autora: qual o papel da mídia na efetivação do capital? A resposta evidencia o projeto societário hegemônico *versus* o projeto de desalienação e emancipação humana como possibilidade de libertação.

Nos apresenta a abordagem de István Mészáros que busca romper com a lógica de imposição de valores que legitimam os interesses dominantes a fim de controlar a ordem metabólica da sociedade, através da automeiação, evidenciando as disputas no seio dos aparelhos privados de hegemonia, com a proposta de adesão a um projeto de sociedade por uma “educação” de suas consciências (FREIRE, 2009).

Freire (2009, p. 179) nos diz também que, para John Berger, “de tanto vemos tudo, não distinguimos nada”. Como vimos em Boal (2009), igualmente para Freire (2009) trata-se de uma ofensiva midiática: romances, novelas, contos, notícias, músicas, debates, danças, jogos, espetáculos, que visam entorpecer os sentidos e massificar as mentes dos espectadores, como seres passivos e assentes à ordem estabelecida.

E afirma que pelo excesso de informações assistimos a uma espécie de “paz” imposta pelo silenciar da política, pela “aparência vazia dos consensos incapazes de construir e recuperar direitos de uma cidadania na construção democrática” (FREIRE, 2009, p. 179). Como nos diz a autora, trata-se da lógica da propaganda e obscuridade do discurso: “tanto mais informado quanto menos puder raciocinar, onde se utilizam os

³ A autora entende, a partir da abordagem de Marilda Villela Yamamoto, “questão social” como conjunto de expressões das desigualdades na sociedade capitalista madura, que passa a solicitar a intermediação do Estado na dinâmica da produção e reprodução das relações sociais expressas na relação capital versus trabalho.

símbolos para integração e reprodução na ordem do capital” (*idem*), lembrando a abordagem de Pierre Bordieu em seu clássico “Violência Simbólica”.

Para Boal a violência da mídia,

Além de irreparáveis males psicológicos e políticos que causam, as fábricas de filmes arrecadam milhares de sacas de dinheiro todos os anos. Nos primeiros meses de 2007, oitenta por cento de todos os cinemas brasileiros foram invadidos e ocupados por dois ou três filmes dessa laia, 1, 2 e 3 homens-aranha e carrapato (BOAL, 2009, p. 151).

E nos aponta os impactos sociais causados por esse tipo de produção cultural massificadora:

Com este lixo ético despejado em seus perplexos neurônios, os vulneráveis espectadores vão, mais tarde, receber as novas informações. Não podemos nos espantar diante dos crimes de Columbine e Virgínia Tech, que foram denunciados e promovidos por esse tipo de cinema, nem podemos esquecer que as torres gêmeas de Nova York foram destruídas em um filme de ficção antes de serem filmadas em chamas na tragédia verdadeira.

[...] Em novembro de 2004, noticiou-se que nos Estados Unidos havia lançado um novo videogame no qual o usuário se coloca na posição onde estaria Lee Oswald, suposto assassino do presidente, e atira no carro em movimento de John Kennedy: quando acerta o alvo, o sangue se esparrama pelo asfalto virtual... (BOAL, 2009, p. 152).

Para além da TV e do Cinema, Boal (2009, p. 153) ainda fala da Invasão dos cérebros no campo da música:

Mesmo no Brasil, que sempre produziu fascinantes ritmos e melodias, mesmo nós somos invadidos pela música massificada das companhias transnacionais, cada vez menos acústicas e mais eletrônicas: mais máquinas e menos gente, mais baratas de fazer e fáceis de vender. Da mesma forma que se quis, um dia, decretar o fim de História, a indústria fonográfica quer agora decretar o fim da Música.

Boal nos convoca ao processo de libertação pela Arte:

Além do fim da História, da Música, das Artes Plásticas, do Teatro, do Cinema, dos conceitos de esquerda e direita e dos movimentos sociais, querem decretar o fim do pensamento. Temos que libertar nossos pensamentos, Simbólico e Sensível – armas de luta.

Uma nova Estética é necessária!

E nos apresenta quanto à Palavra com a crítica à ordem capitalista:

As palavras não mudam de sentido ao sabor de suave brisa, mas sim na luta encarniçada pelo poder: Palavra é Poder. A semântica é um campo de batalha onde as palavras são troféus e armas. Nessa terra arrasada, em democracia e liberdade já não se reconhecem as fisionomias que um dia tiveram. Não pode existir democracia onde não existem limites para a infinita riqueza, vizinha da absoluta pobreza.

Freire (2009) vai além em sua crítica da sociedade capitalista contemporânea ao problematizar a difusão do moderno discurso da inclusão social, Organizações Não Governamentais (ONG's) e políticas empresariais de responsabilidade social, para criar alternativas ao trabalho (empreendedorismo), que terminam por operar uma

(in)visibilidade perversa das origens e nexos da violência: a questão social reduzida a questões individuais de pessoas.

Assim, para a autora a Mídia cria uma visão satanizada do outro, do pobre, onde o “[...] direito à vida é reivindicado e denunciado somente para as classes privilegiadas”. Aos pobres é imposto o “cerceamento e extermínio”, pois “[...] ser morador de áreas pobres é um risco” (FREIRE, 2009, p. 189).

Estamos falando, pois, das “[...] vozes dissonantes e invisibilizadas” (*idém*), onde a imprensa se torna parceira poderosa do Estado Penal, assim denominado por Louic Wacquant (2016), e se expressa na superficialidade e banalização da vida.

Freire (2009) apresenta o conceito de hegemonia em Antônio Gramsci: capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social que não é homogêneo e sim marcado por profundas desigualdades de classe e nos indaga: “*a quem a Mídia confere e garante identidade e legitimidade?*” (FREIRE, 2009, p. 185).

A autora destaca ainda que se opera a partir da Mídia a descrença nas instituições e no público para a difusão da cidadania via consumo, com a defesa do Estado Penal para os pobres, com ampla mobilização social para o endurecimento do aparato policial-judicial, difundindo uma visão de que direitos humanos são “direitos de bandidos”.

Assim, diz a autora que a forma como a Mídia fala da violência faz parte da forma como a violência é enfrentada e como ela se manifesta (FREIRE, 2009).

E nos diz que para Marilena Chauí: “Os jornalistas passam, assim, a ocupar o lugar que, tradicionalmente cabia a grupos e classes sociais e a partidos políticos” (FREIRE, 2009, p. 183).

Sua finalidade passa a ser a produção de massivas subjetividades, via espetacularização com formas dramáticas e sensacionalistas para produção de identidades: “[...] a mídia constroi consensos invisíveis através da produção de subjetivações” (FREIRE, 2009, p. 184).

Para Boal (2009, p. 153) opera-se na contemporaneidade a

[...] apropriação indébita de significantes e significados, proposital esvaziamento da palavra – que, podendo significar qualquer coisa, não significa nada – tem por objetivo desorganizar a linguagem e impedir a formulação de pensamentos coerentes.

Já não se sabe o que se diz quando se fala! Já não se sabe o que se escuta quando se ouve. A língua, falada e escrita, torna-se obstáculo à comunicação, o oposto daquilo para o que foi criada.

Em 2009, Boal parecia prever em suas reflexões a agudização da desinformação que estamos vivendo hoje através das redes sociais e das fakenews⁴ que elegeram famigerado candidato à presidência Jair Bolsonaro.

Boal (2009, p. 153) nos diz:

Sem exageros catastrofistas, estamos mergulhados na Grande Guerra Mundial da Desinformação, insidiosa e sub-reptícia. O objetivo claro dessa nova modalidade de guerra é o domínio, não de territórios geográficos, mas de cérebros.

⁴ - Literalmente “notícias falsas”, originalmente criadas por rackers nas redes sociais para atacar imagens de celebridades e personalidades públicas e que assume no impeachment de 2016 e nas campanhas presidenciais de 2018 centralidade através da manipulação de informação para influenciar a opinião pública e o voto.

A partir da *Invasão os Cérebros* pelas fakenews criadas pelo partido (na acepção gramsciana), do candidato Jair Bolsonaro (2018), que aliou posturas fascistas, racistas, homofóbicas e misóginas, com ataques contra a esquerda, os movimentos sociais, tidos como homogênea encarnação do mal, para capitanear os votos dos setores conservadores da sociedade brasileira, como a burguesia nacional, a parte mais reacionária da classe média em áreas gentrificadas nas grandes cidades, os latifundiários e trabalhadores dependentes do coronelismo no campo e nas cidades do interior, além dos evangélicos, expressos na majoritária bancada da “bala, do boi e da igreja” no Congresso, tivemos um resultado que reforça o Estado Penal e as saídas militarizantes da vida cotidiana, a exemplo da intervenção militar no Rio de Janeiro, como laboratórios de ensaio para o país nos próximos anos à completa Invasão dos Cérebros e a criação de *Coroas Neurais* (BOAL, 2009) fundamentalistas na opinião pública brasileira, como expressão do ódio social aos pobres e aos movimentos sociais, como o fez cabo do exército alemão Adolf Hitler com os judeus e outros segmentos da sociedade alemã após a Primeira Guerra Mundial, aos horrores campos de concentração.

Esse falso “consenso” do chamado bolsonarismo, forjado por notícias falsas difundidas tanto sobre acontecimentos públicos, como sobre o que é a esquerda, o que são os movimentos sociais e supostos números de crescimento econômico em 2019, vem se arquitetando desde o golpe jurídico-parlamentar-midiático em 2016⁵, ao realizar o impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff, até a campanha, tendo como o próprio presidente um capitão do exército (reformado), vice-presidente o general da reserva do exército Antônio Hamilton Martins Mourão e mais:

Cerca de cem pessoas com origem nas Forças Armadas ocupam postos em ministérios e estatais na gestão de Jair Bolsonaro. O número foi apontado por fontes de Palácio do Planalto consultadas por GaúchaZH. Desse total, 46 militares estão em posições estratégicas no organograma, com a palavra final sobre políticas decisivas, como extração de minérios, modernização de comunicações, construção de estradas, manutenção de hidrelétricas e questões indígenas. (...) ⁶

Essa militarização do Estado, com a massiva presença destes em ministérios e pastas do governo, vem se ampliando a cada semana nos anos de 2019 e 2020; atinge as políticas sociais, como a Educação, com a inserção de militares nas escolas públicas. Segundo dados do Ministério da Educação a previsão é de atingir até o final de 2020 o número 54 cidades de 23 estados⁷. Até o final de 2019 saltou-se de 4 (no Distrito Federal) para 120 escolas militarizadas em 17 estados do Brasil⁸.

Também a Previdência Social se tornou alvo dessa investida em 2020: o governo Bolsonaro tem proposto a contratação de 7 mil militares para o atendimento nos postos do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) ao invés de abertura de concurso público.

⁵ A mídia teve papel central no golpe que levou ao impeachment de 2016 da presidente eleita Dilma Rousseff. Para maiores detalhes confira a matéria “O Golpe Midiático no Brasil, uma aberração da democracia”. In: <https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br/temas-1/politica-economia/o-golpe-midiatico-no-brasil-uma-aberracao-da-democracia>. Acesso 13 fev. 2020.

⁶ In: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/02/quem-sao-e-que-cargos-ocupam-os-militares-no-governo-bolsonaro-cjrwm3z6w027901tdxl16reku.html>. Acesso: 13 fev. 2020. Para maiores detalhes confira a matéria no site.

⁷ In: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/21/mec-regulamenta-implantacao-de-54-escolas-civico-militares-em-programa-piloto-em-2020.ghtml>. Acesso: 13 fev. 2020.

⁸ In: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/educacao---numero-de-escolas-publicas-militarizadas-cresce-no-brasil.htm>. Acesso: 13 fev. 2020.

Freire (2009) alerta que nesses tempos orquestrados pelo grande capital financeiro, como alerta Marilda Yamamoto, alastra-se em todos os poros da vida social a lógica do grande capital financeiro, a mercantilização universal, a descartabilidade.

Diante deste quadro Augusto Boal, embaixador mundial do Teatro, nos deixou como legado uma poderosa arma capaz de enfrentar a Invasão dos Cérebros e a massificação dos expectadores, através da *apropriação dos meios de produção teatral*, de nosso fundamental direito humano à expressão, à produção de cultura e arte, criando formas alternativas à mídia oficial e ao capital, de expressão de nossos projetos societários, que rompem com a lógica da massificação pela transformação dos expectadores em expect(atores), capazes de transformar realidades opressivas, ensaiando um outro modo de viver em sociedade, que tenha como valores centrais a Ética e a Solidariedade, numa perspectiva radicalmente crítica e criativa: ao construir imagens do mundo que desejamos, o estamos construindo.

Nos diz Boal: “É nesse campo de batalha que se deve colocar a arte popular. Temos que ser aliados nessa guerra contra o eixo do discurso unívoco. (...) A Estética do Oprimido faz parte da nossa luta contra essa invasão cotidiana, sub-reptícia e subliminal – venenosa! Uma nova estética é imprescindível” (BOAL, 2009, p. 153-154)

2. O Teatro do Oprimido: o direito humano de ser mais!

“Temos o dever da poesia e os direitos da imaginação”
(Augusto Boal)

O Teatro do Oprimido oferece a busca estética de alternativas éticas para a transformação de realidades opressivas. Para Boal, o teatro mostra imagens da vida humana e revela que, no mundo, tudo é transformável e está em permanente transformação: amanhã, já não seremos quem hoje somos. Nada será como é: tudo se move. Se será diferente, que o seja para melhor, que cause mais felicidade e menos dor (BOAL, 2003, p. 145)

Assim, diz Boal, que

[...] temos que mostrar, em linguagem teatral, que os direitos humanos são humanos e se referem a todos os humanos, não apenas aos presos e suas famílias, mas também a eles, agentes; que um dos objetivos mais importantes dos direitos humanos é compreender o ser humano – direito e dever (BOAL, 2003, p. 146).

Assim,

[...] todo ser humano é produtor de Cultura, porque Cultura é toda ação transformadora realizada por homens e mulheres: não o que fazem, mas a maneira de fazer. Ser humano é ser capaz de criar Cultura [. . .]. O primeiro de todos os direitos humanos é o direito à Cultura, o direito de existir! Este direito é inalienável (BOAL, 2003, p. 151)

Nas palavra do criador do Teatro do Oprimido isso implica que “Fazer arte não significa apenas tocar violão, cavaquinho ou reco-reco, significa expandir-se. Expandir-se é a essência da vida.” (BOAL, 2003, p. 151).

Conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo VI “[...] toda pessoa tem o direito de ser. Em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei”; no Artigo XIX “[...] toda pessoa tem o direito à liberdade; de opinião e expressão; no artigo XXVI “Toda pessoa tem o direito à instrução; e no artigo XXVII “[...] toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade,

de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios” (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

A consolidação do Estado de Direito contemporâneo busca a igualdade jurídica, o direito à diferença, à liberdade de consciência e crença religiosa. O Estado passa a ter a obrigação de prover condições materiais, tendo como modelo o Estado de bem-estar social. Na ação internacional surgem as questões de interesse e de poder. Os Direitos Humanos requerem atenção universal: o humano vem antes do Estado.

As novas expressões da questão social na contemporaneidade abarcam uma série de segmentos subalternizados nas relações sociais e nos convocam à crítica da ordem do capital, da lógica de mercadorização e militarização da vida social, da fetichização das culturas, tidas como exóticas, em nome da lógica de valorização do valor, onde o Estado assume lugar central, e não podemos deixar de lembrar que a incorporação do chamado “Estado de Direito” nas Políticas Sociais, historicamente, foi feito de forma acrítica, do senso comum, sem questionar o que nos diz, por exemplo, Pachukanis (1997). O tema nos convida a entender o limite estrutural do Direito nessa sociedade tarde-capitalista, pois se trata mesmo do direito natural, do indivíduo da sociedade burguesa, um ser competitivo, individualista, o “direito” de participar da ordem estabelecida, uma defesa dos direitos ainda necessária enquanto transição.

3. Direitos Humanos: da emancipação política à emancipação humana

Para compreender a necessidade da defesa dos Direitos Humanos, como caminho para a transição a um outro modo de produção, Marx (2010) nos apresenta o tema da **emancipação política** e da **emancipação humana** a partir do estudo da situação dos judeus na Alemanha, como resposta ao texto de Bruno Bauer “A Questão Judaica”, onde este último dizia que os judeus só seriam realmente emancipados quando renunciassem ao judaísmo (religião). Para Marx, a posição de Bauer exige que o homem em geral renuncie à religião para tornar-se emancipado como cidadão. A questão judaica torna-se no texto de Marx um pretexto para o autor explorar os limites da emancipação política e realizar a crítica do Estado político, por meio da crítica da economia política.

Para Marx (2010), a emancipação política é um grande progresso, mas critica Bruno Bauer ao confundir a emancipação política com a emancipação humana geral. Marx apoia a emancipação política dos judeus sem exigir que renunciem à sua religião, e expõe a relação entre Estado político e sociedade civil, entre o homem e o cidadão, entre o espaço público e o espaço privado, entre o bem comum e o interesse egoísta. Marx nos diz que Bauer impõe condições que não estão fundadas na essência da emancipação política e submete à crítica apenas o Estado cristão e não o Estado como tal. Assim, diz Marx, que a questão judaica deve ser formulada de acordo com o Estado em que o judeu se encontra, trazendo-nos a lume indagações como: o que é o Estado? Quem ele representa? Ao afirmar que a emancipação política não implica a emancipação humana diretamente, Marx realiza a crítica do Estado político, independente da religião. A emancipação política contém as contradições do modo de produção em que opera e, portanto, expressa e comporta os limites deste modo de produção.

Nos diz Marx que se o Estado evangeliza, na qualidade de Estado, o judeu politiza quando na qualidade de judeu reivindica direitos de cidadão e nos fala dos Direitos Humanos: em parte políticos exercidos em comunhão com outros, classificados na categoria da liberdade política (direitos do cidadão), distintos dos direitos do homem.

Entre esses: liberdade de consciência (praticar qualquer culto). Marx nos diz que a Declaração dos Direitos do Homem (1793) expressa o livre exercício de cultos, liberdade para publicar ideias e opiniões (supõe a lembrança do despotismo), entre os direitos naturais, os direitos de consciência: “o privilégio da fé é um direito humano universal”. Para Marx os direitos do homem são diferentes dos direitos do cidadão. Cidadão é membro da sociedade burguesa (MARX, 2010).

Iasi (2011) nos diz que para o autor de “O Capital”, nenhum dos chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade. O homem burguês e a sociabilidade burguesa pressupõe os direitos naturais. A vida política aparece como simples meio cujo fim é a vida da sociedade burguesa.

Para Marx a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornar ente genérico na qualidade de homem individual e na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando tiver reconhecido e organizado suas forças próprias como forças sociais e não mais separar de si mesmo a força social como força política.

No atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, no mundo da nanotecnologia, da informática, da 3ª revolução técnico-científica-informacional, dos fluxos globais de informação, ainda vemos os direitos mais elementares violados. Explode em todo o globo o fenômeno dos refugiados, a violação dos direitos de 1ª geração como o direito civil, de ir e vir. No Brasil, por exemplo, são inúmeros os casos de violação dos Direitos Humanos de 1ª geração nas favelas, onde são impostos toques de recolher tanto por parte das intransigentes intervenções militares, como por parte do crime organizado, do tráfico e das milícias; à negação histórica dos direitos de segunda geração, os direitos sociais (saúde, educação, trabalho, segurança, cultura, lazer, etc.); ao extermínio de grupos étnicos e minorias regionais, sexuais e territoriais, desprovidos de representação e visibilidade, onde o Estado assume características de regimes de exceção, colaborando e executando massacres em massa (El Dourado do Carajás, Chacina da Candelária, extermínios de indígenas, da juventude negra e em medida de descaso com a violação dos direitos dessas populações, à omissão e morosidade de investigações como no caso Amarildo, caso Cláudia, caso Dandara e Caso Marielle Franco e Anderson Gomes), ícones concretos de corpos de trabalhadores, mulheres, negros e homossexuais/travestis/transsexuais pobres, além de indígenas (caso índio Galdino), centenas de milhares de moradores de rua, entre tantos outros, corpos incluídos de forma perversa pela lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1983), passíveis de seres exterminados, inclusive pelo Estado. Esses acabam se tornando símbolo da dor e da vergonha de uma nação multiétnica e de um Estado neoliberal penal que elimina os pobres, negros, indígenas, mulheres e LGBTTQI's +.

A 3ª geração dos Direitos Humanos busca proteger as coletividades ao requerer a autonomia das minorias (étnicas, religiosas, linguísticas, sexuais). Entra em cena o Direito Humano de ser.

Por fim, a chamada 4ª geração dos Direitos Humanos diz respeito aos direitos planetários, globais, que afetam a toda a humanidade, como os direitos ambientais, preservação da natureza e formação para uma consciência crítica no que tange temas que abrangem toda a humanidade, como as mudanças climáticas globais, a poluição e

destruição da camada de ozônio, que perpassam atitudes individuais, coletivas, nacionais e globais e que nos afetam diretamente no contemporaneidade.

4. Um Teatro dos Direitos Humanos

A princípio podemos dizer que todas as experiências do Teatro do Oprimido são significativas na defesa dos Direitos Humanos, embora apropriações indevidas numa perspectiva de adaptação funcionalista venham utilizando as técnicas do Teatro do Oprimido, como no uso com empresas para adaptação de trabalhadores, o que não reconhecemos como Teatro do Oprimido, pois o método tem uma identidade defesa do ponto de vista do oprimido e nunca do opressor. Destacamos aqui algumas experiências sistematizadas e publicadas que dizem respeito à defesa intransigente dos Direitos Humanos, desde o ponto de vista dos oprimidos.

Visando difundir experiências com povos tradicionais no Brasil publicamos em 2016 a coletânea **“O Espelho do Outro: Teatro do Oprimido com povos e comunidades tradicionais”**, com experiências de curingas, multiplicadores e praticantes de Teatro do Oprimido com indígenas, quilombolas, pomeranos e camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (BERGER, 2016), com a colaboração do pesquisador Alex Hilsenbeck Filho (camponeses), do curinga Cláudio Rocha Vasconcelos (quilombolas), do praticante Alex Reblim Braun (pomeranos) e do curinga William Berger (indígenas), com texto de abertura de Amir Haddad e prefácio da curinga Bárbara Santos (Kuringa Berlin, Alemanha).

Destacamos aqui ainda a coletânea **“Teatro do Oprimido e outros babados: a diversidade sexual em cena”**, sob organização dos curingas Flávio Sanctum e Helen Sarapeck, pela editora Metanoia, onde se evidencia a utilização do método na luta contra a homofobia no Brasil, como estratégia de diálogo entre a comunidade LGBTQI+ e a sociedade heteronormativa, processos de empoderamento de homossexuais, travestis e lésbicas, em busca da garantia dos direitos humanos para essas populações.

Merece destaque também o livro **“Teatro do Oprimido e Negritude – a utilização do Teatro-Fórum na questão racial”**, de autoria do curinga e professor Licko Turle, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que apresenta os relatos das experiências artístico-teatrais de um grupo de Teatro composto por jovens negros e negras universitários do Rio de Janeiro, nos anos 1980 e 90, com as técnicas do Teatro do Oprimido.

Destacamos também o livro de Dimir Viana **“Teatro do Oprimido na Educação de Jovens e adultos”**, com base no pensamento de Paulo Freire e Augusto Boal, situando o método na trajetória histórica do Teatro ocidental e oriental, para logo mobilizar a leitura da vivência com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como poderosa ferramenta de trans(formação) na garantia do direito humano à educação.

Santos (2016) aborda também: a experiência do **Teatro do Oprimido nas Escolas** (SANTOS, 2016, p. 478 – 480), experiência que foi sistematizada na revista *Metáxis* (2007), uma das mais vastas já empreendidas pelo CTO, onde foram oferecidas oficinas de longa duração para educadores e educandos da rede pública de ensino fundamental e médio da região metropolitana do Rio de Janeiro com formação de grupos e criação de cenas de Teatro Fórum com sessão pública aberta às comunidades (METÁXIS, 2007, p. 47 - 48) .

Trata-se, pois, do entendimento da Educação e da Cultura como direitos humanos fundamentais, mas não apenas o direito de fruir da sua produção, mas de produzi-la, com a apropriação de educadores e educandos, dos meios de produção teatral e a

socialização das experiências artísticas produzidas, na direção de uma educação emancipatória que rompa com a herança maldita da ditadura militar, de décadas de uma cultura de educação autoritária em nosso país.

Outra importante experiência do CTO citada por Bárbara Santos é a do **Teatro do Oprimido na Saúde Mental** (SANTOS, 2016, p. 480 – 482) e que foi tema da revista *Metáxis* (2010), onde foram realizadas uma série de oficinas e mostras com usuários da Saúde Mental em diferentes estados do Brasil.

Quando adentramos a temática dos direitos humanos das pessoas com deficiência, raramente interseccionamos com gênero, raça/etnia e classe social. Na criação de cenas de Teatro Fórum, nas técnicas de Teatro Imagem e nos exercícios e jogos fica impossível não ver ou negar tais dimensões apontadas pelos sujeitos, pois são transformadas em cenas teatrais, retratando raízes mais profundas da opressão a esta população, para além da deficiência.

Bárbara Santos (2016) traz em sua obra também uma narrativa histórica a partir de sua atuação por mais de duas décadas como coordenadora geral do Centro de Teatro do Oprimido ao lado de Augusto Boal, com destaque para suas experiências com o projeto **Teatro do Oprimido nas Prisões**, resultado de diversas experiências do Centro de Teatro do Oprimido em sistemas prisionais e em sistemas sócio-educativos desde 1998 nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, projeto piloto que se multiplicou em presídios nos estados de Pernambuco, Brasília, Rondônia, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Piauí, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Em 2005 realizei oficina com Bárbara Santos no CALIR (Centro de Formação) de Viana (ES) junto com agentes penitenciários, responsáveis pela multiplicação do método em suas respectivas unidades.

Vale destacar um trecho da obra onde escreve sobre estas experiências ao problematizar a expressão *Direitos Humanos* na formação de agentes penitenciários multiplicadores:

Em uma unidade da capital, diante da expressão Direitos Humanos, um agente penitenciário fez a seguinte afirmação:

- Direitos Humanos? Isso quer dizer que não estamos falando dos presos, pois eles são ratos. Até onde eu sei, rato não tem direitos humanos.

A fala soou como uma aprovação. O que fazer? Responder, ignorar, seguir adiante, parar ou encerrar a oficina por incapacidade de diálogo ou tentar problematizar?

A fala não era apenas um conjunto de palavras específicas e associadas, simbolizava um desafio ético diante da dificuldade do diálogo. Queríamos mesmo dialogar com alguém que afirmava que presos são ratos? A afirmação enquadrava aquele cidadão diante de nós, o definia como alguém que se posicionava no campo oposto ao nosso. Alguém que se declarava opressor.

Valeria mesmo investigar quem estaria por trás da máscara social que expressava a afirmação? Investimos na possibilidade de encontrar a pessoa por trás da máscara. Enfrentamos a fala, não como uma verdade ou como uma opinião fechada e consciente. Nós a encaramos como expressão de um momento, como uma afirmação que tinha o objetivo de nos provocar.

Ele era um agente penitenciário com muita experiência no sistema, sua fala tinha um efeito devastador diante dos outros trinta profissionais que estavam na sala. Por isso, não seria possível ignorar a afirmação ou simplesmente solicitar a saída do cidadão.

Decidi que o melhor seria tentar problematizar a afirmação. E perguntei:

- Há quantos anos o senhor trabalha no sistema penitenciário?

Ao que, ele, visivelmente orgulhoso, respondeu:

- Há vinte e cinco anos!

Eu continuei:

- Com a sua afirmação, o senhor quer dizer que há vinte e cinco anos o senhor cuida de ratos?

Como resposta, obtive o silêncio. A partir daí, retomamos o trabalho a partir de outra perspectiva.

(SANTOS, 2016, p. 256-257)

Santos (2016) nos provoca a ir em busca das causas da opressão em um sistema capitalista que gera opressores e oprimidos para o lucro de quem domina os aparelhos de hegemonia estatais e privados. Louic Wacquant em “As Prisões da Miséria” nos evidencia que a produção social da pobreza no sistema capitalista neoliberal tende a adotar como saída a criação de um *Estado Penal*, que investe em presídios ao invés de educação, saúde e trabalho, tendo como saída “punir os pobres”, encarcerar (WACQUANT, 1999). O grande pensador, antropólogo, educador e político brasileiro Darcy Ribeiro já nos advertia para a educação como caminho para a redução da criminalidade: “*Se os governantes não construírem escolas, em 20 anos faltará dinheiro para construir presídios*”⁹.

Na **Revista Metáxis nº 1 (2001)**, destacamos o artigo de Paul Haritage (diretor do *People’s Palace Project*) intitulado “*Teatro do Oprimido nas Prisões*”, onde situa as primeiras experiências que realizou com o método, quando da passagem de Boal na Grã-Bretanha nos anos 1980, durante seu exílio na ditadura militar do Brasil, e a partir do qual Haritage vem ao Brasil para aprofundar o método, acompanhando a equipe de curingas de Boal nos presídios e retorna ao seu país para experiências exitosas no sistema prisional da Grã-Bretanha, na defesa de Direitos Humanos.

Na mesma revista merece destaque o artigo “**A Experiência Feminina na Prisão**”, de Helena A. Vieira, sobre o projeto *Teatro do Oprimido nas Prisões*, no presídio Nelson Hungria, Complexo Gericinó Mendanha, região metropolitana do Rio de Janeiro, abordando as opressões à subjetividade das mulheres com a “violência oculta dentro de uma instituição tão fechada e autoritária” (VIEIRA, 2001, p. 31).

Poderíamos citar aqui as centenas de experiências do Teatro do Oprimido que são descritas nos nove números da revista Metáxis, e ainda as centenas de milhares que não estão documentadas, *todas como defesa de Direitos Humanos através da arte*. Por afirmação o Teatro do Oprimido é um Teatro dos Direitos Humanos em sua acepção fundamental e a ilustração com as publicações acima visam à compreensão de sua natureza eminentemente política ao possibilitar aos oprimidos e às oprimidas, em diferentes contextos, a afirmação de seus direitos e a busca para a resolução pacífica de situações de opressão e violação dos Direitos Humanos.

Nos países do chamado terceiro, e hoje quarto mundo, como as Áfricas, a Índia, a América Latina, os países pobres da Ásia, e nas periferias dos chamados países desenvolvidos, em meio à luta encarniçada por sobrevivência, diante da violação dos mais elementares direitos de 1ª, 2ª e 3ª geração, nem sequer chegamos a pensar nos chamados direitos de 4ª geração, como os direitos globais de preservação da vida no planeta, à redução da poluição dos ambientes e do ar, que tem gerado o aquecimento global e as mudanças climáticas, a desertificação de áreas nunca antes imaginadas nesta situação, a inundação nas cidades, a extinção dos corais com o aquecimento de 2 graus da água dos oceanos, ao derretimento das calotas polares e a escassez de água potável e alimentos, que se agravam em fenômenos naturais, já produzidos por esse metabolismo acelerado da terra, como enchentes, furacões, tsunamis, que afetam drasticamente a vida nos 5 continentes, com o acelerado processo de catástrofes nunca antes tidas nessa escala curta de tempo em todas as regiões do globo, à extinção de diversas espécies, dentre as quais seremos uma das prováveis nos próximos quadrantes.

⁹ In: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/darcy-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml. Acesso 12 fev. 2020.

O Teatro do Oprimido é um teatro – limite porque está entre a ficção e a realidade. E aí está o extraordinário poder desse instrumento para potencializar a luta em defesa dos Direitos Humanos, dar vez e voz a todos os oprimidos e oprimidas de todos os estratos de classe social, organizar as classes subalternas, porque dizem respeito aos direitos de todos os seres humanos (individuais, políticos, sociais, ambientais), que atenda as nossas necessidades sociais e que possa romper com toda forma de massificação e manipulação através da Mídia, ao nos devolver a capacidade de utilização da Estética como forma de percepção crítica e diálogo com o mundo, deixar de ser massa de manobra para ser corpo que trans(forma).

Considerações finais

No tocante às expressões da questão social, violência da mídia e a defesa dos Direitos Humanos, o Teatro do Oprimido aparece como um instrumento para os seres humanos com seus direitos violados reivindicarem a garantia de seus direitos duramente conquistados e a paz que só poderá advir da problematização do conflito (visto como produtivo, pois daí emergem as contradições e as possibilidades de transformar determinada realidade opressiva, como nos alerta a curinga Bárbara Santos), e também sua voz, sua imagem e seu corpo no espaço público ao propor a transform(ação) através de ações concretas e continuadas. Incluem-se aqui todos os seres humanos (mulheres e homens) em situação de opressão e em especial os grupos mais violentados como as crianças, as juventudes, as pessoas com deficiências, as pessoas idosas, LGBTQI+, indígenas, camponeses, os negros, e trabalhadores(as) em geral e tantos outros que formam redes de praticantes e multiplicadores contra a opressão em Grupos de Teatro do Oprimido “Brasil adentro e Mundo afora”.

O desafio que se nos coloca com a orquestração de setores conservadores e a Mídia no Brasil, em um governo de extrema direita e propostas extremistas e militares, evoca a nossa história recente de golpes, perseguições, torturas e extermínios da autocracia burguesa e os militares. Para as populações negras, das favelas, indígenas, LGBTQI+, jovens, religiosos de matrizes africanas, trabalhadores(as) pobres da cidade e do campo, usuários da saúde mental e mulheres, essa realidade ditatorial continuou sendo a mesma, imposta mesmo na abertura democrática em 1984. O acúmulo de nossas referências nas lutas nos convoca a continuar: somos todas e todos Marielles, Andersons, Dandaras, Cláudias, Galdinos, Amarildos, Herzogs, Boals, Freires, Abdias, Lélias e tantos e tantas mais.

Quanto mais cresce a opressão, mais se avolumará as nossas re-existências. Demoramos 20 anos de nefasta ditadura militar nos anos 1960, 70 e 80, além da ditadura varguista do Estado Novo (1937) e de uma história repleta de golpes, onde a Mídia oficial sempre exerceu papel central na conformação de subjetividades massivas para a manipulação e transformação do cidadão em massa de manobra (haja vista o programa Voz do Brasil nas rádios liderado pela ideologia varguista que existe até hoje), e da TV e seus jornais *enGlobAdores* de golpes, ainda mais com o advento das redes sociais e a difusão de fakenews, a apropriação de nossas linguagens como a ocupação das ruas pela direita através da palavra, do som e da imagem à criação de *coroas neuronais* (BOAL, 2009) alienantes e alienadoras, e a identificação perversa de que direitos humanos são “direitos de bandidos”, e que “presos são animais” e não têm direitos, para fortalecer o Estado Penal (WACQUANT, 1999), e os interesses da burguesia nacional e internacional, que neste momento (2020) avança sobre nossas reservas ambientais e terras indígenas, com a junção de ministérios do meio ambiente e

agricultura, para burlar licenças ambientais à exploração e extração sem limites de nossos recursos naturais e riquezas nacionais a serem levados para os países imperialistas como os EUA, China e outros, perpetuando o sentido da colonização que se impõe desde 1500 nestas terras que são todas indígenas.

Nos anos 1980 retornamos com força na conquista de nossos Direitos Humanos pela organização, luta popular e vitórias parciais da classe trabalhadora e das classes subalternas (emancipação política) com a Constituição de 1988, momento em que o Teatro do Oprimido nasce como estratégia de organização dos oprimidos na defesa da democracia e da libertação. Não pararemos de gritar, cantar, dançar, escrever, teatrar e filmografar nossa liberdade: a Estética é a nossa forma e a Ética o nosso conteúdo, a Solidariedade de classe a nossa maneira de viver em sociedade, a Vida e a Liberdade são o nosso combustível.

Referências

BERGER, William. **Teatro do Oprimido e Serviço Social: um diálogo de saberes**. Trabalho de Conclusão de Curso - Departamento de Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, 2008.

_____. **O teatro do poder e o Teatro do Oprimido: formas de resistência e intervenção social em Caieiras Velhas, Aracruz/ES (2006-2011)**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2012.

BOAL, Augusto. **Stop: C'est Magique**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Jogos para atores e não-atores**. 10. ed. Prev. e ampl. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **O Teatro Como Arte Marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/7/docs/declaracao_universal_dos_direitos_do_homem.pdf. Acesso: 20 out. 2018.

FREIRE, Silene de Moraes. (org.). **Mídia, Violência e Questão Social: a pedagogia do capital**. In: **Direitos Humanos e Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos**. v.1. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

METÁXIS. Teatro do Oprimido nas Escolas. **Revista Metáxis**. Centro de Teatro do Oprimido (CTO), n 1. Rio de Janeiro: J. Sholna, 2001.

_____. Teatro do Oprimido na Saúde Mental. **Revista Metáxis**. Centro de Teatro do Oprimido, nº 7. Rio de Janeiro: Master Print, 2010.

PACHUKANIS, Evgeny. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1997.

SANTOS, Bárbara. **Teatro do Oprimido: raízes e asas – uma teoria da práxis**. Rio de Janeiro: Ibris Libris, 2016.

Sites:

BRASILINO, Carlos Estenio de; AIDAR, Bruna. Uso de militares no INSS custará 145 mil mensais ao governo. **Metrópoles**, Brasília, 14 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/uso-de-militares-no-inss-custara-r-145-mi-mensais-ao-governo>>. Acesso: 13 fev. 2020.

CRUZ, Carolina; OLIVEIRA, Oliveira. MEC divulga lista de cidades que devem ter escolas cívico-militares implantadas em 2020. **Globo.com – atualidades**, Rio de Janeiro, 21 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/21/mec-regulamenta-implantacao-de-54-escolas-civico-militares-em-programa-piloto-em-2020.ghtml>>. Acesso: 13 fev. 2020.

CUNHA, Carolina. Educação – número de escolas militarizadas no Brasil. **Uol atualidades**, São Paulo, 03 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/educacao---numero-de-escolas-publicas-militarizadas-cresce-no-brasil.htm>>. Acesso: 13 fev. 2020.

DASMASCENO, Renan. Dary Ribeiro estava certo educação é o caminho para reduzir crime. **Estado de Minas – Política**, Belo Horizonte, 15 jan. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/15/interna_politica,839547/dary-ribeiro-estava-certo-educacao-e-o-caminho-para-reduzir-crime.shtml>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FITIPALDI, Raul. O golpe midiático no Brasil, uma aberração da democracia. **KoBra – Koopertion Brasilien**, Freiburg, 09 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.kooperation-brasilien.org/pt-br/temas-1/politica-economia/o-golpe-midiatico-no-brasil-uma-aberracao-da-democracia>>. Acesso: 13 fev. 2020.

RODRIGUES, Artur; MELLO, Patrícia Campos. Fraude com CPF viabilizou disparo de mensagens de whatsapp na eleição. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/12/fraude-com-cpf-viabilizou-disparo-de-mensagens-de-whatsapp-na-eleicao.shtml?fbclid=IwAR2JEqM5T_jwedhLQtc9VtHSxPd8bKVums4ldTaNHrYsfSQ_I86U1MxNkUU>. Acesso em: 2 dez. 2018.

TREZZI, Humberto. Quem são e que cargos ocupam os militares no governo Bolsonaro. **GZH – Política**, Porto Alegre, 08 dez. 2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/02/quem-sao-e-que-cargos-ocupam-os-militares-no-governo-bolsonaro-cjrwm3z6w027901tdxl16reku.html>>. Acesso em: 13 fev. 2020.